



REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL (CPC) DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Artigo 1º

(Objeto e natureza)

1. O presente instrumento rege a organização e o funcionamento da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), adiante designada como “CPC”, que constitui um dos órgãos especializados da Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, conforme deliberação 9 da Declaração Final da X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP e Resolução sobre a criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP, ambas de 05 maio de 2017.

Artigo 2º

(Composição)

1. A CPC é constituída pelos dirigentes das instituições públicas nacionais dos Estados membros da CPLP incumbidas da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural ou representante por eles designados para o efeito junto do Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 3º

(Competências)

1. Compete à CPC propor e coordenar ações de concertação e cooperação no setor de Patrimônio Cultural da CPLP, nomeadamente:
 - Estabelecer estratégias de valorização do patrimônio cultural comum;
 - Executar as ações de interesse da Comunidade no campo da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural;



- Apoiar as Reuniões de Ministros da Cultura da CPLP em matéria de patrimônio cultural no âmbito da Comunidade;
2. O Secretariado Executivo da CPLP prestará, no quadro das suas competências, em conformidade com as alíneas c) e d) do nº 1 do artigo 17º dos Estatutos da CPLP, o apoio necessário à boa realização das atividades da CPC.

Artigo 4º

(Coordenação)

1. A coordenação da CPC é assegurada pelo Estado-membro que detém a Presidência *pro tempore* da CPLP.
- convocar e organizar a reunião da CPC, com a antecedência mínima de 60 dias, indicando a data, o local de realização e a respectiva agenda, acordada previamente com os demais Estados-membros.
 - prover os documentos correspondentes para o desenvolvimentos dos trabalhos da CPC,
 - preparar a ata da reunião da CPC;
 - monitorar a implementação das atividades pelos grupos de trabalho previstas;
 - tomar as medidas necessárias para a implementação das ações acordadas da CPC, em articulação com o Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 5º

(Periodicidade da Reunião da CPC)

1. As reuniões serão realizadas anualmente, sendo duas Reuniões durante cada Presidência *pro tempore*:
- Uma, no trimestre que antecede a Reunião de Ministros da Cultura da CPLP;



- A outra, no mesmo trimestre do ano anterior.
2. O exposto nos pontos anteriores não condiciona a realização de reuniões extraordinárias, sempre que as circunstâncias o aconselhem.

Artigo 6º

(Quórum)

1. O quórum para a realização da Reunião da CPC deverá ser de, pelo menos, seis Estados-membros da CPLP, de acordo com o artigo 22.º dos seus Estatutos, devendo a participação dos representantes ser confirmada com a antecedência mínima de 30 dias, através de Nota Verbal ao Secretariado Executivo da CPLP.
2. A Coordenação da CPC poderá convidar observadores a participar da Reunião da CPC, por solicitação de qualquer Estado-membro, conforme item 3 do art. 7º dos Estatutos da CPLP, desde que mediante consulta aos demais Estados-membros.

Artigo 7º

(Deliberações)

1. Na Reunião da CPC, as deliberações serão tomadas por maioria qualificada de dois terços dos votos do total de Estados-membros, sendo o prodecimento silente utilizado para aferir o voto dos Estados-membros ausentes. Para efeito de apuração, as abstenções serão descontadas do total de votos.
2. As deliberações tomadas na Reunião da CPC são incluídas em relatório a apresentar à Reunião de Ministros da Cultura da CPLP.



Artigo 8º

(Desenvolvimento de Ações)

1. Para o desenvolvimento de ações propostas e acordadas na CPC deverão participar como mínimo três Estados-membros.
2. Ações que demandem a participação de todos os Estados-membros para expressar contextos e realidades do conjunto dos Estados-membros da CPLP poderão ser empreendidas progressivamente, desde que iniciadas por pelo menos três Estados-membros.

Artigo 9º

(Responsabilidades logísticas e encargos financeiros)

1. Compete ao Estado-membro que assume a Coordenação, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, assegurar a organização e os aspectos logísticos necessários ao funcionamento das Reuniões a serem realizadas em sua Presidência *pro tempore*.
2. Cada Estado-membro suporta as despesas de alojamento e viagem dos respetivos representantes.

Artigo 10º

(Produção de efeitos)

1. O presente Regulamento produzirá efeitos provisoriamente após a sua aprovação pelos dos Estados-membros da CPLP, conforme estabelece o seu art. 7º e, em definitivo, após homologação pela Reunião de Ministros da Cultura da CPLP.

Artigo 11.º

(Dúvidas e omissões)

1. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação deste Regulamento serão resolvidas pela CPC.